

ESCOLA SEM PARTIDO. MAS QUE ESCOLAS...?

Coletânea – Paulo Timm Org. , para uso em sala de aula

ESCOLA SEM PARTIDO É

-  -> Projeto de lei que pretende acabar com qualquer discussão considerada política e restringir as reflexões críticas no ensino
-  -> Censura de professores
-  -> Proibição da discussão sobre gênero
-  -> Fim da reflexão e questionamentos
-  -> Subestimação dos alunos
-  -> Predominância exclusiva da ideologia conservadora

[MarceloTavares](https://www.youtube.com/watch?v=URrtJE&app=desktop)

[https://www.youtube.c](https://www.youtube.com/watch?v=URrtJE&app=desktop)

[URrtJE&app=desktop](https://www.youtube.com/watch?v=URrtJE&app=desktop)



ESCOLA SEM PARTIDO LANÇA CARTAZ COM DEVERES DOS...

YOUTUBE.COM

Índice

1. Escola sem Partido? Paulo Timm

2. Escolas sem Partido. O que é?

3. 14 perguntas e respostas sobre o Escola Sem Partido

**4. Leandro Karnal destrói movimento "Escola Sem Partido":
"Crença fantasiosa de uma direita..."**

5. O QUE ACHAM DO ESCOLA SEM PARTIDO?

6. A reação do ex Ministro Renato Janine Ribeiro: "Cortina de fumaça"

7. Uma outra abordagem: Paulo Ghiraldelli

**8. Proibir professor de abordar temas em sala de aula contraria
Constituição - Marcos de Vasconcellos**

9. O Império Contra-ataca – P.Timm

1. ESCOLA SEM PARTIDO?

Paulo Timm

“Matérias que admitem uma interpretação de partido ou classe, que, como a economia política ou a religião, ‘admitem conclusões diferente’, não devem ter espaço em escola alguma. Na escola deve-se ensinar matérias tais como ciências naturais e gramática, que ‘não variam ao ser ensinadas por um crente ou por um livre-pensador’”.

KARL MARX: - Citado por P.Ghiraldelli – (essa proposta Marx deixou explícita nos debates da I Internacional).

FB – Acesso 22 julho 2016

, “A questão do direito de aprender não é só acesso, mas a permanência, a aprendizagem e a conclusão dos estudos na idade certa”.

Marrie-Pierre Poirier, Rep UNESCO no Brasil

*"O Brasil tem tudo o que precisa, tem todos os recursos e os desperdiça
José Pacheco – Educador português*

Ensinar a pensar criticamente requer ensinar a pensar sobre as hipóteses que levam a uma conclusão, entender os mecanismos e checar as conclusões com os dados.

Com frequência, o que se ensina é um discurso de protesto para desafinar o coro dos contentes. Formamos, então, uma multidão de desafinados.

Bernardo Guimarães in “Pelo ensino de economia na escola” - FSP
AUTOR DE RIQUEZA DA NAÇÃO NO SEC. 21

[HTTP://AECONOMIANOSECULO21.BLOGFOLHA.UOL.COM.BR/2016/07/22/PELO-ENSINO-DE-ECONOMIA-NA-ESCOLA?CMPID=COMPFB](http://aekonomianoseculo21.blogfolha.uol.com.br/2016/07/22/PELO-ENSINO-DE-ECONOMIA-NA-ESCOLA?CMPID=COMPFB)



Uma boa discussão, essa, da ESCOLA SEM PARTIDO, que tem inundado as Redes nas últimas semanas:

Deveres do professor

1

O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.

2

O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3

O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas

4

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5

O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6

O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

www.escolasempartido.org

Escola Sem Partido

A doutrinação acontece dentro da sala de aula. É impossível saber, a cada momento, o que está acontecendo em todas as salas de aula. Por isso, a única forma de prevenir a doutrinação é dar aos próprios estudantes os meios de que eles necessitam para se defender do professor militante. Ou seja, é preciso empoderar as vítimas. É esse o objetivo do cartaz com os DEVERES DO PROFESSOR, cuja afixação em todas as salas de aula é defendida pelo Escola sem Partido.

Os pais que desejam proteger seus filhos contra a doutrinação devem exigir da escola onde eles estudam que mande afixar nas salas de aula o cartaz com os deveres do professor.

Começou como uma reação , depois se converteu em alternativas de Projeto de Lei, agora é um amplo Movimento - <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-se-m-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm>

O infográfico abaixo mostra os estados do país que têm leis relacionadas ao Escola Sem Partido que já estão em vigor, além de projetos em trâmite e propostas que foram vetadas. Para conhecer o teor de cada um dos projetos, clique [aqui](#)

A questão não é tão simples como vem sendo colocada. A questão está muito acalorada, à vista da conjuntura nacional, bastante inflamada pelo Impeachment em curso de Dilma Roussef, polarizando as opiniões entre conservadores x progressistas, Direita x Esquerda. Na verdade, ela aponta para questões Epistemológicas importantes como neutralidade e objetividade das Ciências Humanas, Relativismo e Ceticismo , Consciência e Educação, Liberdade de Cátedra, Cidadania, Tolerância. O Filósofo Paulo Ghiraldelli trata destas questões em vários artigos recentes, numa abordagem rortiana que rejeita a ideia, cara a Karnal e outros Filósofos, de que tudo está envolvido pela Política e Ideologia:

:Do educador Paulo Freire ao palestrante Leandro Karnal: “tudo é político”, isso vale?

<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/do-educador-paulo-freire-ao-palestrante-leandro-karnal-tudo-e-politico-isso-vale.html>

Karl Marx apoiaria Escola Sem Partido

<http://ghiraldelli.pro.br/.../karl-marx-apoiaria-escola-sem-p...>

20/07/2016 - Paulo Ghiraldelli

O projeto Escola Sem Partido tem sua utilidade, agora vejo!

20/07/2016 - <http://ghiraldelli.pro.br/educacao/escola-sem-partido-3.html>

A escola não pode ser neutra? Como não?!

<http://ghiraldelli.pro.br/.../escola-nao-pode-ser-neutra-como...>

O que devemos aos franceses?

20/07/2016, 1 Comment

<http://ghiraldelli.pro.br/.../o-que-devemos-aos-franceses.html>

A “ESCOLA SEM PARTIDO” tem também, uma genealogia: responde à forte influência de professores de esquerda em todos os níveis educacionais no país, fruto, de um lado, do aprofundamento do processo democrático, ao qual muitos ainda não se *habituar*am, de outro, ao fato concreto do país ter sido governado por quase 14 anos por uma coligação de esquerda – PT + PCdoB. Diante deste último fato, é compreensível que os defensores deste Governo tenham opinião formada sobre os princípios doutrinários que os regem e os tentem levar a todos os campos em que se relacionam. Acabaram levando-os, também, para as salas de aula, muitas vezes de forma inadequada, como estratégia de conscientização não só ideológica mas partidista, dos alunos à sua causa, de forma, muitas vezes, mandatária. Ora, isso gerou revolta e repulsa, não só de conservadores mas de muitos outros liberais e progressistas que jamais endossaram a opção petista. Em alguns casos, geralmente evangélicos, talvez tenha havido até confrontos com professores e autoridades educacionais. Deles partiu esse Projeto, a meu juízo infame, das ESCOLAS SEM PARTIDO. Não infame porque questione as ideias supostamente avançadas que estão sendo ministradas por professores nas Escolas, mas porque deseja, simplesmente, trocá-las por outras, conservadoras, como se fossem a única expressão da “Verdade”, cuja maior expressão seria a palavra de Deus. De outra parte, essa intromissão do Estado sobre a Liberdade de Cátedra, conspurca contra a própria democracia e a tolerância, impondo, por cima, um controle de conteúdos. Pior, introduzindo a odiosa delação como fundamento de Ação Judicial contra Escolas e Professores. Isso é um absurdo. E, se imposto, vai tumultuar mais do que disciplinar a vida estudantil.

De resto, como adverte RENATO JANINE RIBEIRO ela é uma cortina de fumaça que retira do debate questões fundamentais como o SALÁRIO DOS PROFESSORES, a QUALIDADE DO

ENSINO, a EVASÃO ESCOLAR, o ANALFABETISMO ABSOLUTO e FUNCIONA, a C & T , o ENSINO PÚBLICO E GRATUITO.

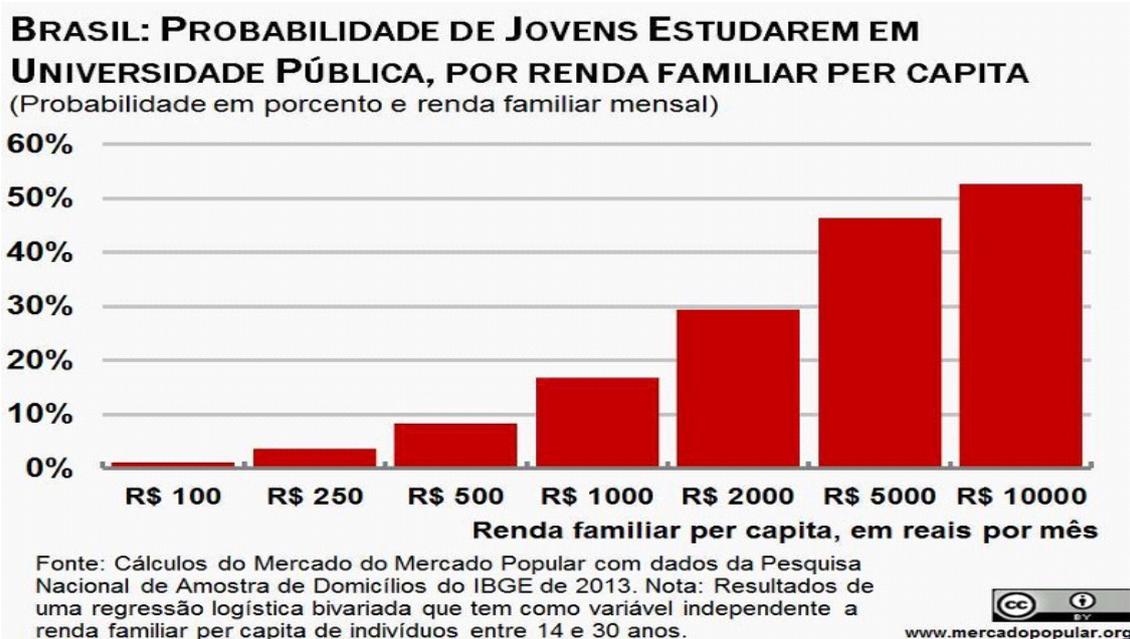
O programa Escola sem Partido não é sério: ele é uma forma de chutar para escanteio as questões educacionais realmente importantes, subordinando-as a questões de ideologia ou doutrinação.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/21/escola-sem-partido-nao-e-serio-e-cortina-de-fumaca-diz-ex-ministro.htm>

O pior da "escola sem partido" é que desvia a atenção das questões realmente educacionais - e educativas! Desvia a atenção de nossas falhas na alfabetização, só para começar. Em 2015 divulguei nossos dados: 22% das crianças não sabem ler direito no fim do 3.º ano (na rede pública), 35% não sabem escrever, 57% fazer as operações matemáticas.

Em vez de valorizar a alfabetização e tanta coisa mais, querem criminalizar o ensino.

(Renato Janine Ribeiro, post FB Acesso 21 julho 2016)



<http://mercadopopular.org/2016/05/lei-de-director-servicos-publicos/>

Janine aponta para o mais importante: Discutir o Ensino no Brasil .

Aqui, a propósito, uma breve consideração sobre a educação e o terceiro milênio, aliás, recém iniciado e ainda carregado daquilo que há um século chamávamos de bovarismo.

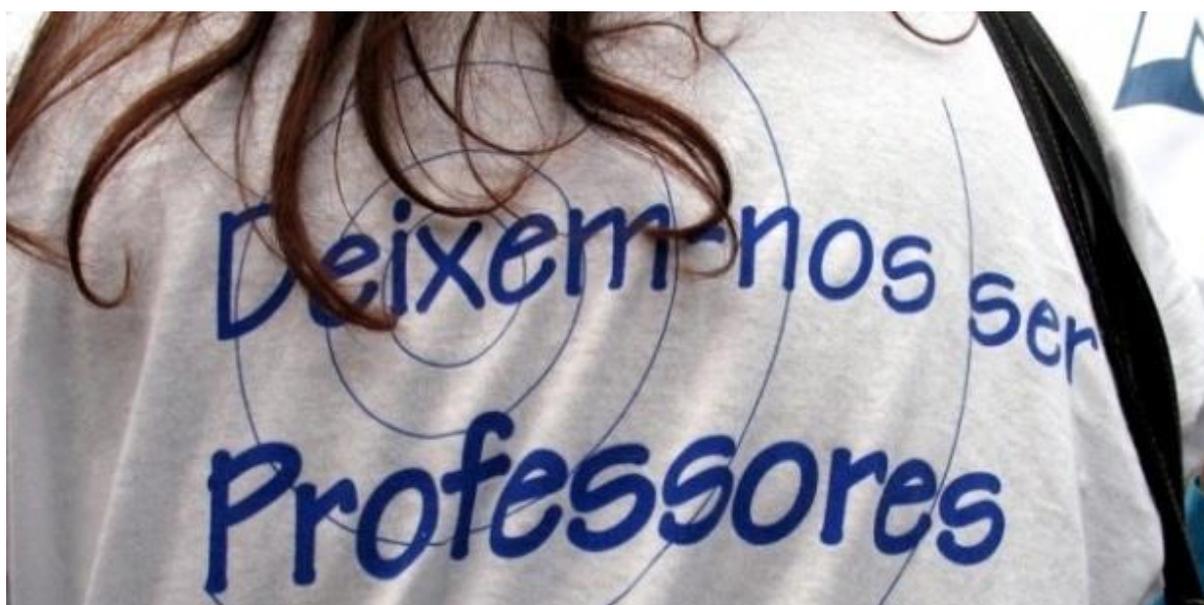
Desde sua instituição, na Revolução Francesa, em 1789, a educação pública e gratuita vem se estendendo como um direito das populações do mundo inteiro, passando por várias filosofias pedagógicas, experiências e resultados. Entende-se, de maneira geral, que a Escola deve preparar o aluno para a sociedade, uma sociedade competitiva, cada vez mais tecnológica e, supostamente, democrática. Há até belos exemplos de escolas sem professores, sem séries rígidas, com grande liberdade de opções. Em recente entrevista a Simone Harnick, O ESP, educador português José Pacheco, autor de dois livros de crônicas (“Pequeno dicionário de Absurdos em Educação “, Ed. Artmed e “Pequeno Dicionário de Utopias em Educação”- Ed. Walk) que, desde 1976 mantém um projeto no qual estudantes aprendem sem salas de aula, divisão de turmas ou disciplinas, faz até uma provocação dizendo que Piaget (Jean Piaget – 1896-1980) e Vygotsky (Lev S. Vygotsky – 1896-1934) e outros pedagogos ainda em moda são verdadeiros fósseis e que melhor fora saber das notáveis contribuições de brasileiros como Eurípedes Barsanulfo (1880-1918), Tomás Novelino (1901-2000) e Agostinho da Silva (1906-1994). A verdade é que há tempos abandonou-se a ideia de que a escola deve apenas “ensinar”. As mudanças na sociedade contemporânea, dita pós-moderna, em que as mulheres se voltam crescentemente para o mercado de trabalho, funcionando cada vez mais como cabeça do casal ou simplesmente como únicas responsáveis pelos filhos, em que as exigências de formação se deslocam da família para outros lugares de intercâmbio de experiências entre os jovens - Lan Houses, Parques, etc -, a Escola passa a ocupar um lugar estratégico, não apenas no ensino, mas na formação do caráter dos jovens. A sociedade do terceiro milênio não é também a sociedade industrial herdada da Revolução Industrial. É uma nova realidade, já visível por toda a parte e que redefine conceitos, teses de convivência e de intervenção em vários níveis da sociedade;

Não se trata, pois, apenas de conseguir mais recursos para mais vagas, de mais vagas para mais escolas, “Sem Partidos”, nem de mais escolas para as nossas crianças, mas de se fazer tudo isso

num grande esforço de “repensar” a Escola, na sua interação com um admirável mundo novo já visível e que lhe está a exigir uma nova pedagogia, capaz de integrá-la à rede de interconectividade crescente da sociedade contemporânea. Não se trata mais de ensinar a um jovem, a uma pessoa, o que ela não sabia para poder competir em melhores condições numa sociedade tecnológica e democrática, mas de fazer deste jovem, destas pessoas, algo que elas jamais seriam – cidadãos livres – se não tivesse passado pela escola. Trata-se de dar-lhes *formação*, algo assim como nossos ancestrais gregos chamavam “Paidéia”.

2. ESCOLAS SEM PARTIDO – O QUE É?

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-se-m-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm>



Professores têm se posicionado contra as ideias do Escola Sem Partido

O Senado lançou nesta semana uma enquete em que toda a sociedade pode opinar contra ou a favor do projeto de lei 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa Escola sem Partido.

O programa, que tem ganhado defensores e críticos nos últimos tempos, existe desde 2004 e foi criado por membros da sociedade civil. Segundo Miguel Nagib, advogado e coordenador da organização, a ideia surgiu como uma

reação contra práticas no ensino brasileiro que eles consideram ilegais. "De um lado, a doutrinação política e ideológica em sala de aula, e de outro, a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral e religiosa dos seus filhos", explica. Para Nagib, todas as escolas têm essas características atualmente.

Qual sua posição sobre o programa "Escola sem Partido"?

- A FAVOR - porque aulas não podem servir para obter a adesão de estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas.
 - CONTRA - porque a iniciativa censura ou impede o debate em sala de aula e afronta a liberdade de expressão.
- VotarResultado parcial

A proposta do movimento é de que seja afixado na parede das salas de aula de todas as escolas do país um cartaz, onde estarão escritos os deveres do professor.

Debate

De acordo com Nagib, a presença do cartaz em sala de aula tem o objetivo de informar os estudantes sobre o direito que eles têm de "não serem doutrinados". Na contramão dessa ideia, estudiosos especialistas em educação criticam o programa afirmando que nada na sociedade é isento de ideologia, e que o Escola Sem Partido, na verdade, é uma proposta carregada de conservadorismo, autoritarismo e fundamentalismo cristão.

"Além de não assumir sua mensagem conservadora, camuflada em suposto pluralismo, o Escola Sem Partido quer evitar um pensamento crítico. Quer uma escola medíocre. Afirma uma ideologia pautada em um fundamentalismo cristão evitado até pelo Papa Francisco, diante das possibilidades de um papado que sucedeu o ultraconservador Bento XVI", afirma Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Os integrantes do Escola Sem Partido elaboraram um anteprojeto de lei que prevê a fixação do cartaz com os deveres do professor nas salas de aula.

Segundo Nagib, os estudantes são prejudicados por serem obrigados a permanecer em sala de aula, enquanto por outro lado, professores se beneficiam dessa condição: "A partir do momento em que o professor se aproveita dessa circunstância não para falar de forma parcial equilibrada, mas

para promover as suas próprias preferências, ele está violando a liberdade de consciência e de crença dos alunos", explica o coordenador do movimento.

A doutora em educação e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Sandra Unbehaum afirma que apesar do discurso de neutralidade, o Escola Sem Partido defende uma escola sem espaço para discussão da cidadania, garantia estabelecida na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (9.394/96). "Como é que se desenvolve um pensamento crítico se não discutindo política, filosofia, sociologia, história? Você não vai discutir política partidária, mas vai discutir num sentido amplo, de organização e composição da sociedade", argumenta.

O advogado Miguel Nagib afirma que o Escola Sem Partido não tem e não quer impor pontos de vista morais. "Em matéria de educação religiosa e moral, vale o princípio: meus filhos, minhas regras. Nós não queremos impor a nenhuma família uma maneira de agir em relação a seus filhos. Mas também não aceitamos que a escola venha fazer isso", afirma.

Daniel Cara, por sua vez, reconhece a família como uma esfera fundamental da sociedade, mas afirma que os pais não têm direito absoluto sobre seus filhos e que, portanto, a educação moral não é prerrogativa exclusiva da família.

"Toda criança e adolescente tem direito a se apropriar da cultura e a ler o mundo de forma crítica. A educação escolar é uma atribuição do Estado brasileiro. E o cidadão brasileiro tem o direito de aprender o evolucionismo de Darwin, a história das grandes guerras, a luta pela abolição da escravatura no Brasil, a desigualdade entre as classes sociais", argumenta. Segundo Cara, para conseguir lecionar sobre cada um desses temas, o professor escolherá uma narrativa ou forma de explicar o conteúdo, por meio de um conjunto de ideias. "Portanto, fará uma escolha ideológica – e isso deve ficar claro aos alunos, é uma questão de honestidade intelectual", diz.

Repercussão nacional

Com a visibilidade que o Escola Sem Partido tem ganhado, muitas propostas inspiradas nas ideias do movimento têm sido apresentadas no âmbito legislativo de todo o país. Em 26 de abril deste ano, os deputados da Assembleia Legislativa de Alagoas derrubaram o veto do governador Renan Filho (PMDB) ao Projeto Escola Livre e, com isso, o estado se tornou o primeiro no Brasil a ter uma lei (7.800/2016) que exige neutralidade do professor.

Seguindo o mesmo caminho, pelo menos 19 estados brasileiros têm projetos de lei semelhantes segundo levantamento feito pelo portal Educação e Participação. A questão subestima o papel dos estudantes na educação e prejudica o trabalho do professor, segundo afirma Daniel Cara: "O aluno não é o elo mais frágil no processo de ensino-aprendizagem. Só diz isso quem não conhece escola e, especialmente, quem não conhece a escola do século XXI", diz.

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação afirma que ao considerar essas propostas, o país segue na contramão do recesso do mundo: "Não se pode criar um protocolo didático. Nenhum país que tem bons sistemas de ensino faz isso, aliás, em nenhum deles há leis absurdas como essas propostas pelo Escola Sem Partido. A escola é um espaço heterogêneo e deve estar conectada com a sociedade", sustenta.

O infográfico abaixo mostra os estados do país que têm leis relacionadas ao Escola Sem Partido que já estão em vigor, além de projetos em trâmite e propostas que foram vetadas. Para conhecer o teor de cada um dos projetos, clique [aqui](#).

3.14 perguntas e respostas sobre o Escola Sem Partido

<http://novaescola.org.br/dia-a-dia-na-educacao/perguntas-respostas-escola-sem-partido-doutrinação-educacao-956440.shtml>

Existe doutrinação em sala de aula? Criar leis para regular o ensino e processar professores resolve? Tire suas dúvidas sobre as propostas do movimento

Rodrigo Ratier (rodrigo@novaescola.org.br)

[Envie por email](#) [Imprima](#)

Atualizado em 19 de julho de 2016, às 10h.

**ESCOLA
SEM
PARTIDO**



A Educação brasileira tem dezenas de problemas graves, complexos e bem conhecidos. Nos últimos meses, o movimento Escola Sem Partido (ESP) ganhou força e visibilidade com o argumento de que essa lista precisa crescer. Para o grupo, a militância político-partidária dos professores e discussões sobre sexualidade e gênero estão entre as questões mais sérias e urgentes da Educação no Brasil.

Para resolvê-las, o movimento, fundado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, propõe três soluções: divulgar testemunhos de alunos que teriam sido vítimas desses educadores, estimular leis contra o abuso na liberdade de ensinar e enviar notificações extrajudiciais ameaçando com processos professores que adotarem determinadas condutas em sala de aula. Nos últimos meses, os debates sobre gênero foram os alvos dessas notificações.

No dia 18 de julho, o Senado Federal abriu uma [consulta pública](#) sobre o projeto de lei 193, de 2016, de autoria do senador Magno Malta, que visa incluir o Programa Escola Sem Partido nas diretrizes e bases da Educação Nacional. A pesquisa quer saber se os brasileiros são a favor ou contra a iniciativa. Apesar de não ter força legal, a consulta pode influenciar politicamente os senadores.

Claro que a doutrinação - palavra que remete à pregação - é algo inadequado em qualquer aula. A pluralidade de visões e o questionamento de cada uma delas é o caminho mais fértil para levar os alunos a pensar por conta própria, como discute [a](#)

[reportagem de capa de NOVA ESCOLA de junho/julho de 2016.](#)

Mas o problema é tão grave quanto o Escola Sem Partido alega? Ele seria realmente urgente e grande a ponto de levar a escola para o tribunal? Ele deveria ser o foco das discussões públicas sobre Educação nesse momento? Quais são as consequências dentro da sala de aula?

Em busca de algumas respostas, pesquisamos evidências para entender o assunto. O resultado está na lista de perguntas e respostas abaixo, coletada em livros, pesquisas e conversas com professores e gestores. Se você tiver mais alguma dúvida ou contribuição ao debate, NOVA ESCOLA está aberta. O debate livre, sem amarras, é a melhor forma de avançar.

1. A doutrinação é um problema grave?

A doutrinação em si é errada sempre. A questão é saber se esse é um problema amplamente disseminado pelo país ou se é uma questão pontual em algumas escolas. Hoje, é impossível saber o quão grave e disseminada é a doutrinação.

O projeto se baseia em relatos esparsos e em uma [pesquisa de 2008](#) encomendada pela revista Veja ao Instituto CNT/Sensus. A reportagem não detalha a metodologia do levantamento ou a margem de erro. Apenas diz que são 3 mil entrevistados. Na sondagem, estudantes mencionam citações predominantemente favoráveis em sala a figuras como Lênin, Che Guevara e Hugo Chávez.

É muito pouco para configurar uma tendência. Como faltam estudos sistemáticos sobre o tema, não é possível saber se os resultados seriam os mesmos se fossem aferidos hoje ou se outro levantamento chegaria às mesmas conclusões. Também há outras lacunas. Qual seria o resultado se o foco fosse a presença religiosa nas escolas?

Restam, ainda, os relatos pessoais de quem presenciou alguma doutrinação. Embora o Escola Sem Partido diga receber numerosas denúncias, o site do movimento registra somente 33. O Brasil possui mais de 45 milhões de estudantes. É preciso ter dados mais sólidos para separar casos isolados de tendências e, também, para ter uma visão mais clara sobre se, onde e em quais situações o problema acontece.

2. A doutrinação esquerdista apontada pelo ESP está de fato acontecendo?

Não há qualquer comprovação. Ao contrário: uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em 2014, mostra que há mais brasileiros afinados com ideias defendidas pela direita (45%) do que à esquerda (35%) em temas relativos a comportamento, valores e economia. Em relação a anos anteriores, há um avanço da direita e um recuo da esquerda.

3. Qual é o poder dos professores sobre os alunos?

Para o Escola Sem Partido, o poder dos docentes sobre os alunos é imenso. A ideia é que o estudante estaria "submetido à autoridade do professor" e que educadores doutrinadores seriam "abusadores de crianças e adolescentes". A imagem de jovens passivos não encontra paralelo com a realidade das escolas brasileiras. Eles são questionadores e não aceitam facilmente o que se diz. Exemplo desse protagonismo é a recente onda de [ocupações em escolas públicas de Ensino Médio lideradas por estudantes](#).

Ao conceber crianças e jovens manipuláveis, o ESP se inspira em modelos teóricos ultrapassados há pelo menos 50 anos. Desde a década de 1960, [pesquisas](#) mostram que as pessoas, mesmo as mais jovens, escutam uma mensagem e refletem sobre o significado dela. Podem aceitá-la ou não, após cruzarem o que ouvem com influências da família, de outros professores, de amigos, da mídia, na Igreja e em outros grupos sociais dos quais participam.

Outro equívoco é atribuir uma força imensa à escola na formação do pensamento das pessoas. [Estudos](#) indicam que, na sociedade atual, a escola perdeu força diante de outros grupos e instituições. As pessoas se formam em cursos livres, debates abertos, igrejas, empresas, movimentos sociais. As visões de mundo divulgadas por cada uma dessas entidades podem ser diferentes, contraditórias e até concorrentes. Aliás, quem nunca se viu soterrado com um mundo de informações contraditórias, sem saber o que pensar sobre um assunto?

4. Os professores formam um "exército de militantes"?

Esse argumento é frágil, baseado em apenas uma pesquisa de opinião e, ainda assim, dependente de uma associação controversa de ideias. O Escola Sem Partido se refere aos educadores brasileiros como um "exército organizado de militantes travestidos" amparado na [pesquisa de 2008](#), encomendada pela revista Veja ao Instituto CNT/Sensus. Na sondagem, 78% dos professores dizem que a principal função da escola é "formar cidadãos". Para o ESP, isso equivale a "apenas e tão somente martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes".

Tal definição não se enquadra nos múltiplos significados dos termos formação e cidadania. Os [Parâmetros Curriculares Nacionais \(PCN\)](#), por exemplo, dizem que cidadania deve ser compreendida como "participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais". Sua adoção no dia a dia se exprime em "atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito". Isso se aplica tanto a um militante quanto a um diretor de uma grande empresa.

Até o momento, as medições sobre filiação a partidos políticos não confirmam a tese do ESP. O IBGE realizou dois levantamentos sobre o tema. Ambos são bem antigos, de 1988 e 1996. Na primeira, 10% dos professores da Educação Básica dizem ser filiados a partidos. Era um índice superior à média brasileira (4%), mas, ainda assim, muito distante de ser um exército. A julgar pela pulverização partidária, também é improvável que os professores estejam concentrados numa única legenda.

[Dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral \(maio de 2016\)](#) sobre a população brasileira indicam que o partido campeão de filiados é o PMDB (15,6% do total), seguido de PT (10,3%) e PSDB (8,9%).

5. O Escola Sem Partido é apartidário?

O site do movimento o apresenta como "apartidário" e diz que "não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita". Mas os apoiadores do movimento vêm quase exclusivamente desse espectro. O Movimento Brasil Livre (MBL), um dos protagonistas dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff e autodefinido como "liberal e republicano", elegeu o Escola Sem Partido como um

dos tópicos da lista de dez reivindicações em sua marcha ao Congresso Nacional no ano passado.

Já o Revoltados Online ("iniciativa popular de combate aos corruPTos do poder", como informa a fanpage da organização), foi responsável por articular o encontro de dois de seus representantes - um deles era o ator Alexandre Frota - com o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Levantamento de NOVA ESCOLA revela que a estratégia de levar a questão para Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e para o Congresso tem aproximado o movimento de agremiações de direita e de centro.

São desse perfil a maioria dos 19 deputados federais, estaduais ou vereadores (de capitais) que propõem projetos de lei baseados no Escola Sem Partido (*veja o gráfico abaixo*). O PSC, partido com forte representação na bancada evangélica, é o primeiro em proponentes (5), seguido por siglas mais centristas, como PMDB e PSDB (4 cada). De qualquer forma, é preciso sempre tomar cuidado. O sistema de partidos no Brasil não reflete necessariamente a visão de mundo presente no programa da sigla.



Por isso, um dado mais relevante é a vinculação religiosa: 11 dos 19 proponentes de projetos inspirados pelo ESP são ligados a alguma igreja. Uma visita por páginas dos parlamentares na internet indica que a defesa da família e dos valores cristãos é a plataforma

de atuação mais citada.

6. As propostas do movimento defendem a pluralidade no ensino?

Nem todas. Uma das principais ações contradiz esse princípio. O modelo de notificação extrajudicial, que ameaça processar educadores que discutirem sexualidade e gênero, se sustenta no direito de as famílias escolherem as ideias com que as crianças terão contato na escola. Muitos pais, por convicções religiosas, são contra esse debate nas aulas e o movimento invoca a Convenção Americana sobre Direitos Humanos para sustentar o direito dos pais a que seus filhos recebam "a Educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções".

Esse tipo de tratado internacional não está acima da Constituição brasileira, que atesta que o Estado é laico (ou seja, não deve sofrer influência de igrejas). Como reforço, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também veda qualquer forma de proselitismo (esforço para converter pessoas) e o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa uma ação direta de inconstitucionalidade, a ADI 4.439, que defende que essa área em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional (ou seja, não pode ser relativa a crenças religiosas) e expor as doutrinas, a história, as dimensões sociais das diferentes religiões e também de posições não religiosas, como o ateísmo e o agnosticismo.

Além disso, essas notificações extrajudiciais podem criar sérios problemas. Por exemplo, em uma família criacionista, os pais acreditam que o mundo foi criado tal como descrito no livro bíblico do Gênesis. Eles podem questionar na justiça o professor de Biologia porque ele ensina o conceito de evolução das espécies? Outro ponto, levando para o outro oposto. Uma família de esquerda pode levar um professor de História de direita à justiça caso ele ensine algo sobre a Revolução Russa que vá contra os seus princípios? São questões em aberto.

7. É correto impedir a discussão de gênero, como quer o ESP?

Esse não é o caminho escolhido por países em que as crianças têm alto desempenho. A Unesco, braço da ONU para Educação, ciência e cultura, reconhece a Educação para a Sexualidade como uma

abordagem culturalmente relevante para ensinar sobre sexo e relacionamento de uma forma "cientificamente precisa, realista e sem julgamentos". E o currículo de vários países vai nessa direção. Nos Estados Unidos, a Educação sexual data da virada do século 19. Na Suécia e na Nova Zelândia, ela começa aos 7 anos. Na Finlândia, é incorporada em diversas disciplinas. A província de Ontario, no Canadá, adotou um novo currículo para o Ensino Médio em que se fala de relacionamento do mesmo sexo e identidade de gênero. E a França lançou em 2013 um programa contra o estereótipo de gênero nas escolas.

Além disso, a justificativa para interditar o debate é cientificamente questionável. Diz um dos itens do modelo de notificação extrajudicial, que ameaça processar educadores que abordarem questões de gênero: o professor não pode "imiscuir-se, direta ou indiretamente, na orientação sexual dos alunos". Não há base em pesquisa para afirmar que a orientação sexual seja influenciável por alguém.

É provável que essa definição se dê pela interação entre fatores biológicos (predisposição genética, níveis hormonais) e ambientais (experiências ao longo da vida), como explica a reportagem de NOVA ESCOLA [Educação Sexual: Precisamos Falar sobre Romeo](#).

8. Discutir diversidade cultural pode levar à doutrinação?

O risco existe, mas a tendência mundial, de novo, é fortalecer o debate sobre esse tema. Na [Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural](#), a Unesco estimula os países signatários (como o Brasil) a "promover, por meio da Educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes". Sistemas de conhecimento tradicionais, sobretudo das populações autóctones (naturais de um território, como os indígenas brasileiros), devem ter atenção especial.

Para Bráulio Porto de Matos, vice-presidente do Escola Sem Partido e professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), o currículo beneficia interesses de movimentos sociais. Para ele, o "problema se torna ainda mais candente" na segunda versão da Base Nacional Curricular Comum Curricular (BNCC).

No documento, os temas transversais, que tratam de conceitos e valores básicos de cidadania, que devem ser trabalhados em todas as disciplinas, são substituídos por temas especiais, o que, na opinião de Matos, representa uma dificuldade extra. "Fica mais evidente a orientação política mais estreita dos temas especiais", disse, em audiência na Comissão de Educação da Câmara. Para ele, mudar a expressão de 'pluralidade cultural' para 'estudos indígenas e africanos' é um problema sério de doutrinação.

Em países como a Noruega, a inclusão da diversidade cultural na escola é vista como uma conquista do respeito às raízes da história local. A parte norte do território do país é ocupada pelo povo sami, originário da Escandinávia. A cultura, as tradições e a língua dos sami são objeto de estudo em toda a escolarização básica e constam como tópico obrigatório do currículo nacional. Na Nova Zelândia acontece a mesma coisa.

Obviamente, ninguém é a favor de tirar Revolução Francesa das escolas brasileiras. Mas é preciso aumentar o ensino sobre a herança indígena e africana no país. Poucas pessoas saem das escolas sabendo, por exemplo, que até meados do século 19 se falava uma mistura de línguas indígenas e de português em São Paulo. Sem entender isso, dificilmente alguém vai compreender por que tantos bairros da cidade têm nomes em tupi-guarani (Pirituba, Jaraguá) ou o significado do nome de grandes empresas (a palavra Itaú significa pedra preta, por exemplo).

9. É justo que a Base Nacional passe pela aprovação do Congresso, como defende o Escola Sem Partido?

Não. Para votar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Congresso, é necessário mudar o que está no Plano Nacional de Educação (PNE), que já foi votado e aprovado pelo próprio Congresso. O ESP apoia essa ideia porque, com um parlamento marcadamente conservador, há chances de essa alteração emplacar uma parte da agenda do grupo.

Além de colocar em risco um projeto urgente para o país, o [Projeto de Lei que pede a mudança](#) diz que: "É temerário que somente o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação sejam responsáveis pela elaboração e aprovação da Base." A afirmação é equivocada.

A [BNCC é fruto de um longo trabalho](#) que envolve mais de 130 especialistas de diversas universidades, duas versões preliminares para avaliação pública, 12 milhões de sugestões no processo de consulta aberto em 2015 e debates com educadores em conferências estaduais. Todos foram ouvidos.

10. O marxismo é um método de doutrinação esquerdista?

O Escola Sem Partido não define, em nenhum momento, o que entende por marxismo. O termo é controverso e pode designar muitas coisas, como apontam os italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino no clássico *Dicionário de Política*: "Identificam-se diversas formas de marxismo, quer com base nas diferentes interpretações do pensamento dos dois fundadores [Marx e Engels] quer com base nos juízos de valor com que se pretende distinguir o marxismo que se aceita do marxismo que se rejeita: por exemplo, o marxismo da Segunda e da Terceira Internacional, o marxismo revisionista e ortodoxo, vulgar, duro, dogmático etc."

Nas ciências humanas, o pensamento de [Karl Marx](#) é considerado um dos mais influentes do século 20. Conceitos como o de classe social ajudam até hoje a produzir análises econômicas, históricas e culturais. Faz sentido estudá-lo (o que não significa, necessariamente, adotá-lo), como reconhecem mesmo seus críticos. Há várias pessoas que estudam Marx a fundo que não aceitam suas ideias. Raymond Aron, um dos maiores intelectuais franceses do século 20, é uma delas. Da mesma maneira, estudar Adam Smith, um dos pais do liberalismo econômico, não equivale a fazer doutrinação liberal.

11. Ok, mas o marxismo domina as universidades e a formação de professores?

As evidências apontam o contrário. O marxismo é, hoje, uma corrente "estrangulada" na academia, como indica o historiador Diego Martins Dória Paulo no artigo [O refluxo de uma tradição: o marxismo, o ensino de História e a ditadura empresarial-militar \(1964-1975\)](#).

No curso de Pedagogia, a questão foi investigada por Susana Vasconcelos Jiménez, Laurinete Paiva Gonçalves e Luis Adriano Soares Barbosa no artigo [O lugar do marxismo na formação do](#)

educador. Pegando o exemplo da graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), os autores constataam uma "presença rarefeita" do marxismo. Analisando os programas de uma amostra de 12 das 52 disciplinas (as que abordavam fundamentos da Educação e que teriam mais chance de contar com a influência marxista), os pesquisadores concluem que apenas uma apoia-se claramente nos conceitos de Marx. O pensador alemão aparece em outras sete, mas ao lado de clássicos como Platão, Aristóteles, Descartes, Rousseau, Adorno e Horkheimer.

12. Há base para dizer que Paulo Freire faz "proselitismo ideológico" e "doutrinação marxista"?

Não. Essa é uma leitura distorcida da obra dele. Para o Escola Sem Partido, Paulo Freire vê o trabalho de ensinar "como uma simples modalidade de proselitismo ideológico ao qual ele dá o nome de 'conscientização' dos alunos".

Em sua acepção original, "proselitismo" é um esforço para converter pessoas para alguma causa ou religião. O conceito de "conscientização", conforme utilizado por Freire, é o oposto disso: "Ao ouvir pela primeira vez a palavra percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a Educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade", explica ele no livro *Conscientização - Teoria e Prática*. Em diversos momentos, Freire combateu o proselitismo - fosse o da Igreja ou o da Educação.

Outra crítica que o ESP subscreve é quanto à suposta "doutrinação marxista" de Freire. Trata-se de leitura distorcida, como opina Fernando José de Almeida na biografia *Paulo Freire*. "Ele faz constantes citações de Karl Marx, Mao e Guevara, como idealistas e inspiradores, e busca na dialética marxista fundamentos de um pensar e agir transformador. Mas isso em nada ameaça o firme bloco ideológico de seu pensamento: o pacifismo e um socialismo não radical nem violento - à época, muito abominado por alguns setores da esquerda", escreve.

A importância da produção do patrono da Educação brasileira foi reconhecida mundo afora. Livros de Freire foram traduzidos para mais de 20 línguas, rendendo-lhe o título de doutor honoris causa em 41 universidades, incluindo Oxford, Harvard e Cambridge. Mais

uma vez, estudar Paulo Freire não significa endossar todas as suas afirmações nem suas premissas. Há milhares de pessoas formadas por professores inspirados por Freire que nunca se tornaram socialistas.

13. O Escola Sem Partido propõe judicializar a Educação. Processar professores resolve?

Não é racional nem eficiente mover a já sobrecarregada máquina do Judiciário (são 70 milhões de processos!) para solucionar questões que as pessoas podem resolver entre si. Uma saída educativa deve seguir pela rota do diálogo. Se há suspeita de doutrinação, a primeira coisa a fazer é uma conversa franca entre professor, aluno e pais, se for o caso. Isso é bom para todo mundo. Persistindo o problema, os gestores escolares podem ser acionados. Se necessário, há ainda as ouvidorias das secretarias de Educação.

14. Faz sentido ter essa discussão?

Nas ditaduras, os debates são sufocados. Nas democracias, eles são acolhidos e estimulados - sem restrição. Se um grupo de pessoas acha importante levantar uma discussão e defender os seus pontos, ele tem todo o direito de fazer isso. Certamente o Escola Sem Partido tem suas razões, e ignorá-lo ou desprezá-lo não é o melhor caminho. Nossa opção é pelo debate desarmado, focado em ideias e evidências.

Além disso, o debate sobre a iniciativa tem levantado vários pontos relevantes sobre a participação dos pais na escola, sobre a responsabilidade dos professores e sobre a autonomia dos alunos. Para manter esse canal aberto, a melhor forma é aumentar o diálogo, e não

[Dartagnan Luiz Agostini](#) foi mencionado em uma [publicação](#).

Adicionar aos amigos

4. Leandro Karnal destrói movimento "Escola Sem Partido": "Crença fantasiosa de uma direita..."



Entrevistado no Roda Viva, da TV Cultura, o historiador explicou didaticamente os motivos pelos quais o projeto da “Escola Sem Partido” é uma “coisa de gente...”

WWW.REVISTAFORUM.COM.BR

5. O QUE ACHAM DO ESCOLA SEM PARTIDO?

<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/pb.336441753173489.-2207520000.1442106751./540593159425013/?type=1&theater>

6. "Escola sem Partido não é sério: é cortina de fumaça", diz ex-ministro

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/21/escola-sem-partido-nao-e-serio-e-cortina-de-fumaca-diz-ex-ministro.htm>

Janaina
Do UOL, em São Paulo
21/07/2016 15h12

Garcia

Ouvir texto

Renato Janine Ribeiro: "Não se pode deixar de ensinar questões de igualdade e liberdade -- e essas não são questão de partido ou de ideologia, mas valores universais"

Uma cortina de fumaça de caráter "puramente ideológico, e não educacional, nem educativo" que encobre "os reais e mais urgentes" problemas da educação brasileira – sobretudo os relacionados aos baixos índices de alfabetização. Assim o professor de Ética da USP (Universidade de São Paulo) e ex-ministro da educação na gestão de Dilma Rousseff (PT), Renato Janine Ribeiro, define o movimento "Escola sem Partido", que apregoa a "neutralidade do ensino" por meio da proibição de suposta "doutrinação ideológica" nas escolas.

Para Janine, ainda que o acirramento do debate político encontre um campo acirrado no País, nos últimos anos, o movimento não representa a corrente de pensamento de "bons educadores" ligados ao PT ou ao PSDB, por exemplo. "Nenhum desses nomes está no Escola sem Partido, que pertence a uma direita mais extrema", disse, para completar: "E isso gerou uma pauta extremista que é, hoje, o principal tema da educação no Brasil – quando o mais importante para a sociedade deveria ser somar em relação a esse tema".

Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista concedida ao UOL pelo ex-ministro da educação.

*

UOL – O senhor já se manifestou criticamente sobre o programa Escola sem Partido em algumas ocasiões. Por quê? E o que acha do acirramento que virou o debate sobre o assunto nas últimas semanas?

RENATO JANINE RIBEIRO – O ponto principal para mim é o seguinte: existem muitas questões sérias sobre educação, e a respeito das quais o mais importante para a sociedade é a soma em relação a elas. E isso para se pensar em um crescimento tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. A matemática é uma das chaves do crescimento das pessoas em seus futuros empregos ou profissões, por exemplo, como a literatura e a história são muito importantes para o crescimento de sua vida pessoal.

- **"País devem processar doutrinadores", diz idealizador do Escola sem Partido**

Discutir o que o sujeito vai ter como conhecimento é fundamental – é isso que norteia os debates sobre a Base Nacional Comum Curricular. Mas essa é uma discussão séria.

O programa Escola sem Partido não é sério: ele é uma forma de chutar para escanteio as questões educacionais realmente importantes, subordinando-as a questões de ideologia ou doutrinação.

A educação básica tem que ser baseada em dois pilares: o conhecimento científico ou rigoroso, quando você tem que ensinar à criança e ao adolescente química e matemática como ciências de descoberta – e em ciência se incluem também debates ou polêmicas, ela não é um conjunto de verdades acabadas. Por outro lado, há um outro pilar, os dos valores, no qual há que se ensinar aos alunos, basicamente, os valores contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Se for verdade que eles são contra a primazia dos direitos humanos, é uma situação muito complicada: não se pode deixar de ensinar questões de igualdade e liberdade – e essas não são questão de partido ou de ideologia, mas valores universais.

Os defensores do programa Escola sem Partido contestam ações dentro da sala de aula as quais, segundo eles, confrontariam valores e crenças adquiridos em família. É possível ou correto a escola ter valores diferentes do que o aluno traz de casa e trabalhá-los em sala de aula?

Qual sua posição sobre o programa "Escola sem Partido"?

- A FAVOR - porque aulas não podem servir para obter a adesão de estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas.
- CONTRA - porque a iniciativa censura ou impede o debate em sala de aula e afronta a liberdade de expressão.

VotarResultado parcial

Ciências sempre incluem controvérsias, mesmo física e química. Se não ensinamos isso também, ensinamos errado. E o mesmo vale para história e sociologia – o professor precisa ensinar Karl Marx, mas também Adam Smith e Émile Durkheim. Mas o conhecimento que precisa ser passado é

essencialmente científico – nas quais não se inclui o criacionismo, que é uma teoria religiosa.

Com todo respeito, mas família é família, e sociedade é sociedade: a família pode ter crenças de preconceito homofóbico ou contra a mulher, por exemplo, e não se pode deixar que um jovem nunca seja exposto a um ponto de vista diferente desses. Ele tem que ser exposto a outros valores.

A maior parte das religiões na tradição judaico-cristã tem uma visão um tanto preconceituosa em relação à mulher e ao homossexual. Só que hoje a maior parte das denominações cristãs não aceita mais essa desigualdade homem e mulher e consideram que partes dos livros sagrados têm mais a ver com o tempo em que a mensagem foi escrita do que com a mensagem da religião em si. A escola não vai afetar o fato de a pessoa ter ou não fé ou outros valores; a escola é uma invenção genial porque é uma forma de socialização da pessoa – uma maneira de ela sair da sua família e ser exposta a um mundo muito mais amplo.

Mas entre os defensores do Escola sem Partido há a concepção de que, "em matéria de educação religiosa e moral, vale o princípio: meus filhos, minhas regras"...

Filho não é propriedade – não posso impor a meu filho o que eu sou. Eu diria que o bom pai ou a boa mãe são aqueles que educam o filho para ele não precisar mais deles. Que educam para o filho depois ter autonomia e enfrentar o mundo graças à formação que ele tiver – e isso não quer dizer que o filho tenha que se tornar um clone dos pais. As pessoas nascem com sentimentos diferentes, para começar. Quando se educa o indivíduo, não se trata de acabar com o papel dos pais na educação, mas de fazer notar que, ainda que os pais tenham um papel insubstituível na vida dos filhos, eles têm que criá-los para serem livres e fazer suas escolhas.

Ampliar

Escola de qualidade para todos: conheça os desafios da educação brasileira 12 fotos

9 / 12

POUCOS NO ENSINO SUPERIOR - Apenas 11,27% da população brasileira com 25 anos ou mais tem o ensino superior completo, segundo o Censo de 2010. A pesquisa do IBGE mostrou também entre os jovens de 15 a 24 anos, 31,1% da população branca

frequentava a universidade. Os índices são menores quando consideradas as populações de pardos e pretos, 13,4% e 12,8%, respectivamente [VEJA MAIS](#) >Imagem: Leandro Moraes/UOL

As escolhas são feitas hoje em dia de forma cada vez mais tardia – e é fundamental que tanto os pais quanto os professores formem o jovem para a liberdade.

É errado também o professor doutrinar o aluno: uma coisa é doutrinar, outra é educar.

O senhor acredita que ocorra doutrinação ideológica nas salas de aula?

É inegável que acontece. Meu filho, mesmo, estuda em uma escola particular na qual sistematicamente falam contra o PT. Isso existe e não é desejável – o certo é que se deem os lados todos da questão. Mas isso não é só de um lado – esquerda ou direita – e nem é tanto quando os defensores desse movimento dizem.

O efeito de uma suposta doutrinação de esquerda alegada tantas vezes por quem abraça esse tipo de causa me parece limitado – tanto que a maior parte dos alunos que saem da vida acadêmica querem ganhar dinheiro. Isso não é resultado de doutrinação de esquerda, caso contrário, eles pleiteariam grandes avanços sociais ao deixar a escola, o que acontece bem menos.

Os idealizadores do Escola sem Partido argumentam que a suposta doutrinação ocorreria já através de posts dos professores, nas redes sociais, incitando às práticas ideológicas. Vários desses posts estão expostos em uma das páginas do movimento. O senhor concorda com esse tipo de estratégia?

É muito difícil você ver os casos isoladamente, e qual o impacto disso. Além do mais, isso se confunde com outra questão: a de que precisamos, talvez, ter uma formação melhor do professor do que essa que tem existido. Mas não é criminalizando o profissional ou o demitindo, pura e simplesmente, que isso será resolvido. É muito grave quando se prega que o profissional não pode ensinar o que é contrário aos valores da família, mas se esta tem valores que passam pela desigualdade entre as pessoas, não, a escola não pode se calar.

Mas o que um pai ou mãe que achar que o filho está sendo 'doutrinado' deve fazer, em uma situação concreta?

Eu questiono mesmo se está havendo essa doutrinação. Mas se os pais acharem que sim, devem reclamar com a escola – mas cientes de que isso não

significa que estejam necessariamente corretos. Cientes, por exemplo, de que, se acreditam que o mundo foi criado em sete dias – como diz a teoria criacionista –, não podem exigir que a escola repita isso.

O senhor mencionou algumas vezes sobre valores familiares que abrangem desigualdade. Vê alguma relação entre as causas abraçadas pelo Escola sem Partido e esse tipo de conceito?

Vejo a questão da desigualdade no substrato deles, sim. Porque durante tanto tempo em que a sociedade brasileira foi desigual não havia movimentos assim. Eles surgem quando a questão da igualdade se coloca – existe um fenômeno social que é maior que as pessoas envolvidas, e aí você terá lutas. É preciso ter esse farol mais alto para enxergarmos as coisas melhor.

A sociedade brasileira carrega há muito as marcas da desigualdade – seja pelas manchas da escravidão ou pela divisão de ricos x pobres, e isso entra na vida das pessoas que elas nem percebem. Uma frase famosa por aqui nos anos 60, auge do conflito racial nos EUA, era a seguinte: 'Não temos problemas raciais porque, aqui, o negro conhece o seu lugar' – isso resume o preconceito do brasileiro. Aí, quando esses grupos dizem que não querem mais ser oprimidos, causa-se um mal estar social. É inevitável que quem sempre foi privilegiado e de repente vê o seu privilégio ser posto em cheque não vai gostar – isso surgiu de novo, com força, nas mensagens "Quero o meu País de volta" nas recentes manifestações pelo impeachment. "Quero o País em que eu tenho vantagem sobre os outros" de volta; essa é a mensagem – e é muito difícil trabalhar isso.

Agora que o programa embasa projetos de lei no Senado e em outras casas legislativas, qual sua expectativa sobre a transformação dessa iniciativa em legislação?

Me incomoda ver que esse debate não é uma questão educadora nem educativa, mas ideológica, e defendida por pessoas que abraçam uma determinada ideologia a qual não querem que seja contestada.

São altamente ideológicos, querem preservar valores que consideram que sejam os únicos certos. Educação é mostrar dois, três ou quantos lados tiverem a moeda, e não um lado dela, apenas. Existe um problema nisso, porque temos questões sérias a serem discutidas – a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo. Só gera ainda mais prejuízo para a educação quando

o que mais ocupa as pessoas no Brasil, sobre o tema, é essa discussão do que seriam questões ideológicas. Isso desvia o foco do que realmente deveria importar, que é a alfabetização.

A sociedade brasileira precisa assumir educação como algo fundamental; nenhum governo fará isso sozinho. Os pais precisam incentivar o filho a estudar, a fazer lições de casa, precisam mostrar que educação é importante e nunca, jamais dizer que isso pode 'ficar para outra hora'. Se, em vez disso de assumirem esse papel, os pais discutirem a questão da suposta ideologia, vão ajudar a desviar o foco da mesma maneira. Vão contribuir, em suma, com a cortina de fumaça que tenho a impressão que movimentos como o Escola sem Partido têm criado. [-Ler matéria completa](#)

Renato Janine Ribeiro no FACE BOOK – 20-22 JUNHO

18 h .

Mais uma sobre a perda de tempo que está empolgando jornalistas, políticos, enfim, quem NAO quer discutir educação a sério.

A educação deve consistir em duas linhas de frente.

Primeira, a transmissão de conhecimento rigoroso, científico. Ora, as ciências são espaço de discussão, de polêmica. E o professor deve saber que nelas há amplo debate. E na medida do possível transmitir esses debates.

Isso vale para as ciências humanas mas também para todas as outras.

Se o professor não ensinar que ciência é assim, será inútil ele apresentar resultados da pesquisa científica. Eles não são revelação divina. São conhecimento humano.

A educação não pode negar que uma armada portuguesa chegou ao sul do que depois seria a Bahia em abril de 1500. Mas, se vai chamar de "descobrimento" (o que supõe que os índios antes... bem, não existissem porque não tinham sido "vistos" pelos europeus), isto é outra coisa. Boa discussão. Muito pano para mangas. Modo de despertar a curiosidade dos alunos, além do mais. (A curiosidade é um dos principais motores do conhecimento).

A segunda linha de frente são os valores. No caso, sobretudo as declarações de direitos humanos da ONU, são várias. O principal nelas é: todas as pessoas são iguais em direitos. Ninguém pode ter seus direitos negados, e isso vale não só da boca para fora, mas na real. E além disso, temos liberdade. As pessoas são livres para

suas escolhas, em tudo o que não prejudique - realmente - outras pessoas.

Quem tem medo da ciência, do conhecimento, da igualdade, da liberdade?
Pois é.

II

A "escola sem partido" confunde educação e doutrinação.

Educar é abrir para o mundo.

É uma ideia, genial quando se realiza, de como sair da vida fechada do pequeno grupo (geralmente a família) para se socializar. Isto é: conhecer a sociedade, o mundo.

Educar só se faz apresentando a complexidade, a diferença, a riqueza do mundo.

Por isso nunca pode ser uma clonagem do mundo pequeno, acolhedor, afetuoso, ótimo que seja, mas pequeno, de nossa origem.

Doutrinar, ao contrário, é fazer uma pregação que fecha a pessoa num mundo pequeno.

O curioso é que esse movimento o que defende é a doutrinação. Ele não compreende o que significa educar. Pensa que educar sempre é doutrinar. E não querem ter concorrentes na sua doutrinação.

III

Vamos lá. Se lembrarmos que nossa economia depende hoje de uma mão de obra bem mais qualificada, é óbvio que só a teremos com uma educação melhor, cada vez melhor.

Mas dá para ter uma educação baseada no medo?

Em que o professor estará pressionado a não dizer nada que possa parecer doutrinação. Vai-se calar. Não vai desenvolver espírito crítico nos alunos.

Um princípio do "escola sem partido" é que não se poderá ensinar nada que enfrente os valores da família do aluno.

Quer dizer, se o pai ou mãe for machista, racista - de forma indireta que seja - a escola não poderá ensinar a Declaração dos Direitos do Homem??

A extrema direita o que quer? Que não queira o crescimento pessoal de todos, eu até entendo. Mas isso vai também prejudicar

seu crescimento profissional.
Mais que hora de isolar a pauta preconceituosa da extrema direita.

IV

O pior da "escola sem partido" é que desvia a atenção das questões realmente educacionais - e educativas! Desvia a atenção de nossas falhas na alfabetização, só para começar. Em 2015 divulguei nossos dados: 22% das crianças não sabem ler direito no fim do 3.o ano (na rede pública), 35% não sabem escrever, 57% fazer as operações matemáticas.

Em vez de valorizar a alfabetização e tanta coisa mais, querem criminalizar o ensino.

Aí é que o Brasil vai piorar mesmo sua educação.

[#rotaparaoatraso](#)

V

Renato Janine Ribeiro

22 h · São Paulo, Brasil ·

O pior da "escola sem partido" é que desvia a atenção das questões realmente educacionais - e educativas! Desvia a atenção de nossas falhas na alfabetização, só para começar. Em 2015 divulguei nossos dados: 22% das crianças não sabem ler direito no fim do 3.o ano (na rede pública), 35% não sabem escrever, 57% fazer as operações matemáticas.

Em vez de valorizar a alfabetização e tanta coisa mais, querem criminalizar o ensino.

Aí é que o Brasil vai piorar mesmo sua educação.

VI

22 h · [São Paulo, Brasil](#) ·

O pior da "escola sem partido" é que desvia a atenção das questões realmente educacionais - e educativas! Desvia a atenção de nossas

falhas na alfabetização, só para começar. Em 2015 divulguei nossos dados: 22% das crianças não sabem ler direito no fim do 3.o ano (na rede pública), 35% não sabem escrever, 57% fazer as operações matemáticas.

Em vez de valorizar a alfabetização e tanta coisa mais, querem criminalizar o ensino.

Aí é que o Brasil vai piorar mesmo sua educação.

[#rotaparaoatraso](#)

6. Uma outra abordagem: Paulo Ghiraldelli

Do educador Paulo Freire ao palestrante Leandro Karnal: “tudo é político”, isso vale?

<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/do-educador-paulo-freire-ao-palestrante-leandro-karnal-tudo-e-politico-isso-vale.html>

Karl Marx apoiaria Escola Sem Partido

<http://ghiraldelli.pro.br/.../karl-marx-apoiaria-escola-sem-p...>

20/07/2016 - Paulo Ghiraldelli

O projeto Escola Sem Partido tem sua utilidade, agora vejo!

20/07/2016 - <http://ghiraldelli.pro.br/educacao/escola-sem-partido-3.html>

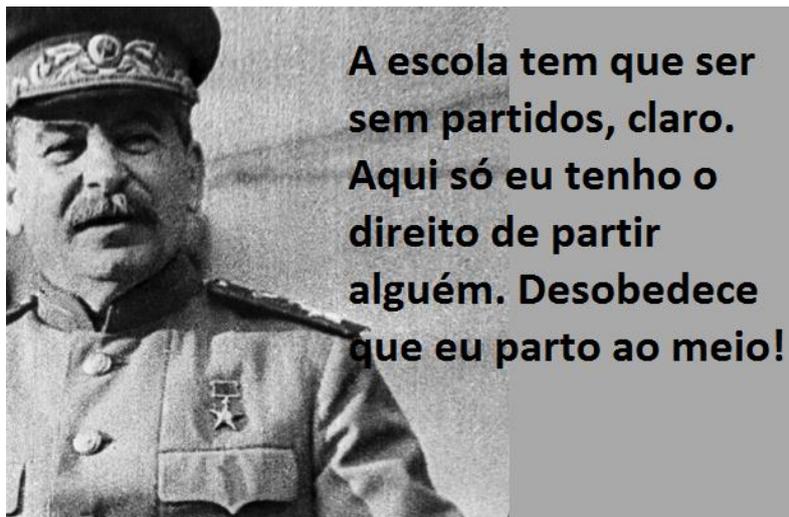
A escola não pode ser neutra? Como não?!

<http://ghiraldelli.pro.br/.../escola-nao-pode-ser-neutra-como...>

O que devemos aos franceses?

20/07/2016, 1

<http://ghiraldelli.pro.br/.../o-que-devemos-aos-franceses.html>



O Brasil é um dos países que pior paga o professor. E estamos envolvidos com coisas como "Escola Sem Partido", como se existisse escola funcionando!

Paulo Ghiraldelli

Do educador Paulo Freire ao palestrante Leandro Karnal: “tudo é político”, isso vale?

<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/do-educador-paulo-freire-ao-palestrante-leandro-karnal-tudo-e-politico-isso-vale.html>

Paulo Ghiraldelli - 22/07/2016

Envolver a política em tudo é algo que precisa ser repensado, para deixarmos nossas narrativas menos confusas.

Quando da vigência do regime militar de 1964, a retórica de um de seus homens de frente, Jarbas Passarinho, dizia o seguinte: “estudante é para estudar”. Nada mais verdadeiro. Hoje podemos

dizer isso, e com razão. Mas, na época, isso queria dizer: estudante está politizado demais, fica muito tempo fazendo política e pouco tempo na sala de aula. E queria dizer ainda mais: os estudantes estão todos com opção à esquerda, e o regime aceita oposição, mas não contestação, ser de esquerda é fazer contestação.

Por causa disso, logo surgiram os novos burocratas do MEC, alinhados ao regime militar, dispostos a fazer do ensino, tanto médio quanto universitário, um lugar despolitizado. A ideia central não era tola. Ela vinha de uma linha de um tipo de positivismo sociológico (de cunho não uspiano e francês) de linha anglo-saxã, que afirmava que é possível ter uma educação com conteúdos que seriam objetivos e neutros politicamente. Se a escola se pautasse por isso, os estudantes aprenderiam o que tinham de aprender, sem excessivos juízos de valor postos, segundo essa ótica, pelos que haviam enodado o ensino com a politização. Isso se casava com o ideal da Revolução de 1964, que dizia que todos os políticos eram corruptos. Optar por uma educação política era, então, optar não só pelo esquerdismo, mas pela corrupção. Assim pensavam os generais e seus técnicos civis, senão todos, ao menos a maioria.

Foi aí que a oposição, tanto no Brasil quanto aquela já no exterior, exilada, veio com o mote “tudo é político”. Paulo Freire despontou na época por conta do êxito de sua tese, publicada nos Estados Unidos e divulgada pela Igreja Católica no mundo todo, e ele foi um dos principais teóricos anti-regime militar a insistir nesse mote: toda educação é política, tudo tem articulação com a política. Depois da Anistia (1979), quando Paulo Freire foi professor na PUC-SP (época em que recolhi material para, bem mais tarde, escrever o *Lições de Paulo Freire* (Manole)), ele já havia abandonado esse ideia tão genérica. Ele havia refinado a tese, deixando-a mais ou menos assim: “tudo tem uma articulação política porque entendo a política não como administração da polis, mas com relações de poder, e isso dentro de determinados contextos”.

Hoje em dia vemos na boca de palestrantes midiáticos a frase “tudo é político”, “tudo envolve decisões políticas” etc. Isso é errado. Claro que quando digo que uma flor é bela não estou ligado a questões de poder, não necessariamente. Juízos estéticos e outros não estão, a priori, envolvidos com o poder. Habermas defendeu essa tese ao arriscar que mesmo juízos intelectuais não estão articulados ao poder. A frase “feche a porta” é uma frase de mando, envolvida com o poder, mas para o poder se manifestar a frase precisa ser

entendida na sua pureza intelectual, ou seja, é preciso saber o que é “porta”, “fechar” etc. Habermas usou disso para dizer que, antes do contexto ideológico da fala, há um contexto puramente intelectual, que funda a linguagem num plano puro e ideal. A “comunidade ideal de fala” é um ponto de partida quase-transcendental, e é um horizonte utópico político no ponto de chegada. Foi assim que Habermas deu instrumentos para relativizar de vez Paulo Freire e para eliminar o que virou uma tolice, que é dizer que tudo é político.

Mas se um palestrante como Karnal, que é jovem e não viveu o regime militar senão quando este já estava acabando, pega a ideia da politização de tudo, e afirma que fato histórico importante envolve decisão política – e isso para contestar o projeto Escola Sem Partido atual -, então temos de lembrar tudo que lembramos até aqui para mostrar que isso é um erro. Um erro duplo. Podemos contestar esse erro, didaticamente, assim: o aparecimento do Viagra foi casual, foi um fato histórico sem dúvida, mas não foi um fato político. E podemos contestar dizendo mais: ter a pretensão de ser um positivista não é um erro, e podemos sim pensar num assunto ou conteúdo escolar que esteja, ao menos em uma instância, sem vínculos políticos (Marx acreditava nisso). Ninguém pode achar que a invenção do sutiã não é um fato histórico nos costumes, mas isso só secundariamente está envolvido com a política e só nos anos 60 passou a ser visto, ao menos num momento, como alguma coisa que podia ter relações com o poder. (Aliás, o conceito de biopolítica de Foucault não diz que tudo é político, é bem outra coisa).

A política é uma área da vida humana, da atuação dos humanos, seja a política como administração da polis seja a política em termos amplos, como o que envolve relações de poder. Há dezenas de outras áreas, perfeitamente historicizáveis, que envolvem relações que ou não são políticas ou só o são secundariamente.

Espero que isso tenha esclarecido de vez essa banalização do “tudo é político”, dito por palestrantes por aí e fazendo gente que procura guru segui-los sem pensar. Aliás, isso sim é político: a proliferação de gurus midiáticos que afirmam que a TV é ideológica, e não saem dela, proliferando o discurso do senso comum.

Paulo Ghiraldelli, 58, filósofo.

O projeto Escola Sem Partido tem sua utilidade, agora vejo!

20/07/2016 - <http://ghiraldelli.pro.br/educacao/escola-sem-partido-3.html>

O projeto Escola Sem Partido é uma tolice?

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO é inconstitucional. Já cansei de falar. Todavia, vejo agora que teve uma grande utilidade. Mostrou mais uma vez que a esquerda brasileira não reflete. Diante da coisa, apenas apareceu querendo votar “contra”, ou porque seus chefetes mandaram ou porque foram os conservadores é que propuseram a coisa. Há gente até fazendo post com o Karnal e outros sabichões, para mostrar “o certo”. Esta esquerda que só sabe fazer isso, ordenar a pensar igual. E quando argumenta, meu Deus, quanta tolice que só dá força para o adversário. Dizem que não há escola sem ideologia, que a escola não pode ser neutra etc. Desconhecem o positivismo do século XIX como uma aspiração (nada fraca) pela objetividade e neutralidade. Desconhecem que até Marx foi por essa via. Desconhecem que a aspiração pela objetividade é completamente legítima na reflexão acadêmica. Não! Acham que ensino é ver um lado e ver o outro lado e “debater”. Confundem ensino com jornalismo barato. Confundem reflexão com disputa ideológica. Confundem ideário com ideologia. Essa esquerda é de uma decadência intelectual tão grande que tem mesmo que se opor algo que o Frota defende.

Artigos para você refletir (para as pessoas poucas que ainda querem refletir):

Karl Marx apoiaria o Escola Sem Partido

Do educador Paulo Freire ao palestrante Karnal: “tudo é político” – isso vale?

Por que não podemos refletir sobre o Escola Sem Partido?

Escola Sem Partido: para além da não-reflexão de Karnal

ESCOLA SEM PARTIDO

Paulo Ghiraldelli - 22 julho

<http://ghiraldelli.pro.br/educacao/questao-politica-do-escola-sem-partido.html>



A escola não pode ser neutra? Como não?!

<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/escola-nao-pode-ser-neutra-como-nao.html>

20/07/2016, 0 Comments

Um pouco de perspicácia na conversa sobre o projeto Escola Sem Partido talvez valha a pena. Sempre há aqui e ali os não fanáticos que podem aproveitar. É o que segue abaixo.

A ideia moderna de conhecimento implica em *objetividade*. Ou seja, o que é posto por um sujeito, apesar de posto por ele, tem poderes de se apresentar em suas características e propriedade básicas, como objeto, sem que se possa falar que se trata de uma miragem do próprio sujeito. É possível essa “objetividade”? Resolver esse problema, o da imagem do pássaro preso ao visgo que permite que possamos ver o galho, o visgo e o Pássaro sem confundi-los mesmo ligados, é o que se propõe Hegel, na esteira e crítica de Kant. Assim ele anuncia sua tarefa na Introdução à *Fenomenologia do Espírito*.

Hegel criou uma solução para esse problema. Vários outros filósofos, antes e depois dele, procuraram outras. São os caminhos técnicos da filosofia. Mas nenhum deles cometeu a sandice de dizer

“tudo é ideológico” ou “tudo é político” ou “a objetividade é impossível”. Nem mesmo os que falaram coisas assim, estavam de fato as endossando de modo absoluto. O caso do meu amigo já falecido, Richard Rorty, é emblemático. Ele se negou em dizer que havia a objetividade e, portanto, a neutralidade, mas ao mesmo tempo ele construiu uma ponte para dizer que havia um modo de conversar com perspectivas diferentes que não era o mero “ouvir um lado e ouvir outro lado” e “debater”. Rorty sabia que essa técnica jornalística nada tinha a ver com a filosofia, menos ainda com a ciência. Rorty sabia que esse senso comum dos não objetivistas era um senso comum de galinha pintadinha. O que ele disse que havia era a solidariedade. Ela seria um substituto para a objetividade? De certo modo sim, mas como?

O lema de Rorty era triplo: 1) “antes esperança que conhecimento”; 2) “cuidemos da liberdade e a verdade se arranjará por si mesma”; 3) e, por fim, “antes *trust* que *truth*”.

(1) O conhecimento põe autoridade, a esperança põe atividade e futuro, desejo de chegar, motivação. Quem acha que sabe, dá ordens. Quem tem esperança dá ânimo. É melhor. (2) Quem toma conta para que a liberdade não se extinga, permite as milhares de perspectivas, quem não age assim e vive no clima de não-liberdade nunca saberá se sua verdade já não foi contestada. (3) E então, quem quer chegar a um enunciado (ou teoria) que mereça o rótulo de “isso é verdade”, deve antes de tudo confiar em inúmeros outros dos quais nem sempre se pode afirmar algo, a não ser uma crença por confiança. Articulando esses três lemas-procedimento podemos ter algo que substitua a objetividade e que não seja muito diferente do que ela promete, ou seja, algo com que possamos garantir um nível de neutralidade ao circunscrevermos um conteúdo de pesquisa, investigação, estudo, abordagem e divulgação. Essa situação permite que a escola possa ter, de fato direito e de fato, uma aspiração ao que, tradicionalmente, chamamos de objetividade e neutralidade. Chega-se a um conhecimento aceitável. Aceitável para os que já vivem na tradição da escola, do conhecimento escolarizado, e, claro, de modo mais difícil para desescolarizados, auto-didatas “gênios” e o senso comum de cabeça-dura.

Assim, rortianamente, evitamos o destempero do “tudo é político” ou “tudo é ideológico”, que levaria a escola a ser algo como um partido, um grande partido com disputas internas de suas correntes. Desse modo, podemos levar a sério a proposta da “Escola Sem Partido”,

ao menos no seu ideal que, enfim, já vem sendo realizado na medida do possível. Podemos então, chegar fácil à conclusão que a Escola Sem Partido, em seu pedido, está basicamente correta, mas em sua forma ela é inútil. Não se pode instituir por decreto o que ela quer. Caso a neutralidade e a objetividade, refeitas pelo que disse acima, venham por decreto, exteriores aos critérios do próprio saber que, enfim, diversifica os critérios de objetividade e neutralidade, que então se deslocam de modo peculiar para cada campo do saber, o que ocorrerá é a situação policalesca, não a situação de liberdade. Não tendo liberdade, a própria objetividade não ocorrerá. O projeto da Escola Sem Partido, se levado a sério pelo que seria sua essência racional, ao se realizar inviabilizaria seu objetivo. A neutralidade e a objetividade, do modo que eu as apresentei, dependem da liberdade inerente ao desdobramento das perguntas do próprio saber. O saber lança questões que se tornam tão autônomas em relação às cabeças do homens, que há momentos que vários pensadores resolveram não dizer que eles é que os formularam, mas que foram mensagens dos deuses (como Parmênides atribuindo a lógica e a ontologia que ele pronunciava em seus poemas fossem recados das Musas – de tão objetivo era aquilo, que ele sabia que não vinha dele).

O erro dos conservadores é o de querer livrar a escola das esquerdas, sem notar que a escola por si só já se colocou longe de partidos. A escola já se propôs, como escola, a trabalhar com os clássicos, com a objetividade posta pelos clássicos. Eles já são objetivos e neutros (dentro do conceito rortiano) por conta da condição de preservarem a particularidade no âmbito da universalidade, como saberes necessários de uma determinada cultura. O erro das esquerdas é, ao tentar se opor aos conservadores, desconsiderar os clássicos, e declarar que eles também não seriam neutros e objetivos, que tudo que se ensina na escola é “político” ou “ideológico”. A esquerda destrói a escola ao querer defendê-la da proposta da direita. A esquerda ignorante é formada pelos que pavimentam de boas intenções do inferno. Dou um exemplo do poder dos clássicos. Peguemos a cadeira de sociologia, e peguemos o conteúdo chamado “Karl Marx”.

Ninguém aprende Marx tomando-o antes de tudo como um socialista que faz o bem e este bem é o que tem de ser seguido. Quem começa assim, ou mesmo termina assim, é néscio, não tem nada a ver com a escola. Aprende-se Marx ao entrarmos nele e vermos como ele resolveu um problema posto pela Economia

Política, e que as teorias de Ricardo e Smith não conseguiram resolver. De modo algum essa via convence alguém de que o socialismo é bom. Essa parte, de se achar que é bom (ou era) é dada fora da escola, nas necessidades culturais e sociais da vida. Sindicatos, partidos, disputas familiares, embates psicológicos e dramas ecológicos postos por determinada literatura podem levar alguém a, em determinado momento, achar que “socialismo tem a ver com o que quero”. Mas isso, quando dito de modo consciente, sem fanatismo, é porque antes, na escola, se aprendeu a ler Marx pela via de seu problema objetivo deixado por Ricardo e Smith, o da valorização (extra) da mercadoria. Assim são todos os clássicos. Eles nos chamam para uma crescente isenção de leitura. A escola que os tem como elemento consagrado, pode sim se dizer neutra. É assim que funciona o que podemos chamar de “epistemologia escolar”, que embasa a cultura escolar ocidental moderna.

É difícil explicar isso que expliquei para quem nunca fez ciência ou filosofia, ou quem nunca leu os clássicos de modo inteligente, ou nem mesmo sabe o que a escola no mundo todo ocidental faz. Então, é difícil explicar tanto para a direita quanto para a esquerda, que a escola já é sem partido, e que se aparece um professor ou um aluno que, por serem de partido, não conseguem ler os clássicos, algum bom professor vai reprovar o tal aluno, e algum bom aluno vai desconsiderar aquele professor.

Paulo Ghiraldelli, 58, filósofo. São Paulo 20/07/2016



O que devemos aos franceses?

<http://ghirdelli.pro.br/filosofia/o-que-devemos-aos-franceses.html>

Paulo Ghirdelli 20.07.2016

Como nasceram as ciências humanas. Qual a relação delas com a filosofia?

“Liberdade, Igualdade e Fraternidade” são os lemas que atribuímos à Revolução Francesa. Os franceses assim o tomam, e também o mundo assim compreende. Mas, na verdade, o lema colocado de modo tripartite é fruto de um período mais longo que o da Revolução. Teve idas e vindas no processo de aceitação, especialmente o terceiro item, a fraternidade, que talvez tenha a ver antes com o cristianismo de metade do século XIX (principalmente após 1848) que com o processo inicial da Revolução. Mas, a partir da Terceira República (1870-1940) o lema tripartite se oficializou e se manteve nas constituições francesas do século XX.

Liberdade e igualdade já eram lemas que haviam sido anunciados pelo liberalismo inglês, com uma revolução vitoriosa de bem antes da francesa. O lema fraternidade é, de certo modo, a parte mais francesa do trio. Fixou-se na preferência da “revolução burguesa”, expressão esta que põe sob uma única rubrica mudanças não só políticas, mas econômicas, tecnológicas e culturais do Ocidente, o que tomamos como “a modernidade”.

Toda essa narrativa pertence não só à historiografia, mas é também à narrativa das “ciências humanas”, um conjunto de saberes que nasceu com a modernização e/ou o aburguesamento das universidades, e que procurou acotovelar não só a teologia, mas também a filosofia, na tarefa de compreender o homem. É interessante notar que esse conjunto chamado ciências humanas, como o lema da Revolução Francesa, está sob um tripé. Não à toa. O destino histórico aí teceu seu teia. Entender o homem moderno, para vários professores universitários do final do século XIX para o início do XX, passou a ser levar a sério certos pilares da revolução burguesa ou pilares da própria modernidade européia espaiada. Desse modo, a *liberdade* individual, articulada à noção de indivíduo, então contraposto ao conceito de sociedade, deu o objeto e a razão de ser da nova Psicologia; a *igualdade* perante a lei trouxe a razão de ser da Sociologia, em um feedback constante com os já existentes estudos jurídicos; o problema da fraternidade ou, em certos casos, da solidariedade (como em Durkheim), ganhou rapidamente um locus na Antropologia (com Mauss à frente).

Claro que, em alguns lugares, a filosofia ainda permaneceu lá, como um tipo de rainha da Inglaterra, soberana mas sem mandar mais nada, com os encargos da Metafísica. Depois que Nietzsche avisou todos os acadêmicos daquilo que mal ou bem eles já sabiam, que o Absoluto estava morto, o mundo universitário, no campo dos estudos humanos, chegou ao seu destino nas ondas dos três surfistas da Revolução Francesa.

Assim, por essa narrativa, creio que dou uma boa pista para que pensemos na história das ciências humanas como uma questão a mais do destino do Iluminismo, e não como uma simples questão de “aumento do conhecimento” que levaria a filosofia a ter que dividir-se em especializações. Também com essa pista, há de se deixar de pensar em eventos tecnológicos deslocados, como na frase de piadistas pouco aptos ao mundo intelectual, os que dizem que “o Viagra foi uma invenção mais revolucionária que a obra de Marx”.

A Enciclopédia dos filósofos franceses já havia anunciado o que seriam as ciências humanas, e isso bem antes da Revolução Francesa. Mas os lemas da Revolução organizaram o modo de lidar com o conceito de homem saído do século XVIII e que veio a ganhar forma no século XIX, e encontraram na universidade o campo no qual se criariam os departamentos de “ciências humanas” ou, como disseram os alemães, “ciências do espírito” ou, como

depois completaram os americanos, “ciências sociais” e, enfim, no final do século XX, “estudos culturais” – nesse último caso trazendo para o conceito de homem uma série de elementos das chamadas minorias sociológicas. Nesse último caso, sob a rubrica da igualdade e, em especial, da fraternidade.

Ora, como nesse processo todo, no campo político, principalmente a partir do final do século XIX, surgiram as “sociedades de massa”, guiadas por alguma ideia de democracia (que passou a ter adeptivos como “liberal”, “social-democrata”, “popular” e até mesmo sendo chamada para batizar estados autoritários), as ciências humanas universitárias receberam mais uma onda de tinta para o seu visual. Os seus objetos não mudaram, mas os formatos e as maneiras de abordagem ganharam um tom mais politizado, todavia, ainda segundo o rumo deixado pela Revolução Francesa, o da disputa entre direita e esquerda. Assim é que surgiram professores que podiam se dizer conservadores ou progressistas. Os estudos de Marx e Freud adentraram as universidades e, em certo momento, quiseram, inclusive, substituir o próprio rótulo “ciências humanas”. Marxismo e Freudismo, assim, com letra maiúscula, durante algum tempo deixaram claro que queriam ser a Ciência das ciências humanas.

O eixo dessa discussão ainda não se alterou. Começamos o século XXI ainda pensando em liberdade, igualdade e fraternidade. Nossas ciências humanas funcionam no registro das três disciplinas que abarcaram para si a preocupação com esses temas. Todavia, de algum modo, o acotovelamento com a filosofia diminuiu bem nos últimos anos. De um lado, os filósofos se acostumaram a colher frutos das novas ciências, de outro os homens de ciência passaram a entender que “o Absoluto está morto” não significava “a filosofia não tem mais narrativas”. Além disso, cresceu muito a área de filosofia social, que passou a permitir novas narrativas, numa confluência de saberes. Vivemos exatamente essa situação hoje nas ciências humanas. A filosofia tem uma narrativa não científica e não literária, mas também não mais metafísica, para falar de muita coisa, mas quanto a essas coisas é difícil dizer que podemos abandonar os campos de força e atração postos por Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Dois filósofos a que venho dedicando estudos e textos, trabalham com tais narrativas exatamente com a preocupação moderna de liberdade, igualdade e fraternidade, Richard Rorty e Peter Sloterdijk.

E há mais coisa em comum entre eles do que se pode imaginar à primeira vista. Um é americano e outro alemão, mas, meu Deus, como devem aos franceses!

Paulo Ghiraldelli Jr., 58, filósofo. São Paulo 18/07/2016

Imagem: vídeo game francês polêmico (2014) ambientado nos tempos da Revolução Francesa

Sem o coelho, Karl Marx foi na onda da Escola Sem Partido

<http://ghiraldelli.pro.br/filosofia/sem-o-coelho-karl-marx-foi-na-onda-da-escola-sem-partido.html>

Paulo Ghiraldelli, 58, filósofo. São Paulo, 21/07/2016

MAIS detalhes filosóficos sobre o Escola Sem Partido.

Você pode dizer a sentença (A) “ $2 + 2 = 4$ ” como um enunciado verdadeiro imutável e dizer que a sentença (B) “a escravidão é um crime” como um enunciado verdadeiro mutável. Poder, você pode. Mas quando for tentar mostrar que esses enunciados são de ordens diferentes e, então, por isso o primeiro é absoluto e o segundo relativo, sua argumentação irá se ampliando, ampliando, ampliando e então perceberá que, talvez, isso não seja tão fácil. Talvez até mesmo impossível!

Todavia, essa dificuldade não é testada pelo senso comum. Essa dificuldade é testada pela filosofia. As pessoas sem formação e treinamento filosófico, as do senso comum, ainda que escolarizadas em nível médio, tenderão a dizer que a sentença (A) é de natureza diferente da sentença (B). E que isso é mostrável segundo o fato de que a primeira “sempre é assim”, nada pode desmenti-la, enquanto que a segunda “é verdadeira dependendo da geografia e do espaço”, ou seja, “culturalmente relativa”. Assim, quando enunciamos (B) podemos agregar a ela um juízo de valor, achar boa ou não, enquanto que quando enunciamos (A) não cabe agregar nenhum juízo de valor, não cabe achar que se trata de um bom enunciado ou um mal enunciado. Esse senso comum, então, diz que se a escola ensinar enunciados do tipo (A) ela poderá

transmitir conhecimentos objetivos e neutros, e que enunciados do tipo (B), pela sua relatividade cultural e política, podem ter lá sua objetividade, mas não neutralidade. Karl Marx acreditou nessa fórmula do senso comum e assim requisitou que fosse (veja aqui).

Mas não só Karl Marx acreditou nisso. Muita gente boa, depois dele, também. O positivismo do século de Marx enganchou em outros projetos positivistas do século XX. No caso do chamado positivismo lógico, o que se advogou é que talvez quase todo enunciado pudesse ser reduzido a enunciados lógicos que seriam isomorfos ao que é o mundo, desse modo uma determinada linguagem lógica espelharia muito bem o mundo. Alguns disseram, então, que se tal linguagem lógica não pudesse absorver enunciados do tipo de (B), estes ficariam no campo “interpretativo” ou “poético” ou “motivacional” ou, enfim, no campo ético. Mas isso não influenciaria em nada a conclusão da existência de saberes, vindos em enunciados, capazes de espelharem o mundo e, então, nessa função, terem o caráter de coisa absoluta, eterna, como o $2 + 2 = 4$.

Essa festa, ou seja, essa crença de Marx, própria do século XIX e dos positivistas lógicos do século XX, acabou por meio de um tiro só. A chamada experiência do coelho de Quine. Foi esse o tiro. Depois daí, abriu-se a porteira para bandoleiros de todo tipo, que fizeram a farra atirando para todo lado: o “segundo” Wittgenstein, Dewey, Davidson, Rorty, Derrida, Foucault ... Foi uma revolução. Uns chamaram isso de filosofia contemporânea segundo seu grupo mais forte, outros simplesmente resolveram chamar filósofos desse tipo como sendo “relativistas” e “pós-modernos”. Mas, enfim, o que foi a conclusão da experiência do coelho de Quine?

Quine disse que o segredo da redução de uma linguagem a outra era o de fazer uma tradução. Uma linguagem é possível de substituir outra se é a tradução correta de outra. Logo em seguida mostrou que não chegaríamos a uma única tradução, mas, no mínimo a três, e daí para frente não saberíamos mais qual seria a correta. As três, no limite, sempre serviriam. Assim, toda e qualquer linguagem que fosse reduzida a uma linguagem lógica capaz de espelhar o mundo, ou parte dele, nunca produziria uma tradução correta, mas três, no mínimo. Em maiores detalhes, mas ainda assim num campo didático, mostrei a experiência no livro *A filosofia como crítica da cultura* (Cortez, 2014). Para o que quero aqui, isso já basta. Ou seja, posso lembrar que a partir de Quine, a tradução

fiel nunca mais conseguiu ser pensada, que tudo passou a ser algo interpretativo. Assim, mesmo com enunciados do tipo “ $2 + 2 = 4$ ” o correto seria não falar em caráter absoluto e deixar o caráter relativo para o enunciado “A escravidão é um crime”. Deveríamos, sim, dizer o seguinte: o enunciado (A) nos dá menos trabalho de sustentação e manutenção do que o enunciado (B). Os enunciados ganhariam graus de sustentabilidade, e deixariam de diferir de natureza. Foi assim que a objetividade e a neutralidade do conhecimento ganhou, ao menos filosoficamente e, portanto, como informação para os homens de ciência, uma completa reconceituação. Nunca mais saímos da era Quine, ao menos até agora.

Todavia, o senso comum não mudou. Muitos ficaram junto de Karl Marx, lá no século XIX (ou com os positivistas lógicos do século XX), acreditando que, no limite, até seria melhor tirar das escolas disciplinas (ou conteúdos, tanto faz) interpretativas, dado que elas poderiam ser ensinadas de modo pouco interessante para os jovens, caso seus professores tivessem alguma intenção doutrinária. Ou seja, o senso comum ficou com a ideia de que a aspiração da “escola sem partido”, um dia solicitada por Marx, tivesse alguma razão de ser. Mas, segundo Quine, não tem (politicamente Quine não era de esquerda, muito pelo contrário!).

A direita e a esquerda que discutem o projeto de lei “Escola sem Partido”, no Brasil de hoje, não conseguem argumentar, e isso por que estão aquém dessa conversa epistemológica que expus. Ficam nas mãos de professores que nada sabem disso. Tentam argumentar e falam coisas facilmente derrubáveis de ambos os lados, e não ampliam de modo culto o debate.

A direita quer fazer a liberdade entrar na sala de aula por meio de alguma polícia, que vai proibir professores de dizerem certas coisas, como se isso fosse possível e ao mesmo tempo necessário. A esquerda diz, em troca, que a direita não pode livrar a escola da política porque “tudo é ideológico” e “tudo é político”. Ora, ela não sabe da conclusão de Quine, que diz que tudo é interpretativo, mas que dizer isso não equivale a dizer que tudo é ideológico e que “tudo é político”. Juízos estéticos e morais não são juízos intelectuais. Ninguém vai achar que “a flor rosa cheira bem” é um enunciado que tem a ver com a política! Desse modo, sem saber o que fazer diante do positivismo razoável do senso comum, e de Marx, a esquerda fica por aí procurando gurus midiáticos para lhes

dar um recado sobre “o que fazer”. E os tais gurus dão palavras de ordem. E meu Deus! como a esquerda gosta de palavras de ordem de seus gurus e chefetes! Gosta de tal maneira que até parece a direita.

Mais artigo com vídeo: A escola não pode ser neutra? Como não?

9. Proibir professor de abordar temas em sala de aula contraria

Constituição

<http://www.conjur.com.br/2016-jun-23/proibir-professor-abordar-temas-sala-contraria-constituicao>

23 de junho de 2016 - [Marcos de Vasconcellos](#)

Um projeto de lei que proíbe professores de veicular conteúdo ou promover atividades “que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” tem chamado a atenção. Apelidado de “escola sem partido”, o Projeto de Lei [867/2015](#) ganhou similares em estados e municípios. E críticas entre constitucionalistas.

O problema apontado é que o artigo 5º da Constituição Federal garante a liberdade de expressão, enquanto o artigo 206 garante a liberdade de ensino. Assim, vedar, previamente, que professores falem sobre algo que “possa estar em conflito” com a convicção alheia contraria a Constituição.

Um dos sites em apoio ao projeto (programaescolasempartido.org) responde a tal crítica dizendo que não se trata de censura, pois o professor não desfruta de liberdade de expressão em sala de aula. O texto afirma que a Constituição “não garante aos professores a liberdade de expressão, mas, sim, a liberdade de ensinar, também conhecida como liberdade de cátedra”, fazendo referência ao artigo 206 da Carta Magna.

O site diz ainda que se o professor tivesse liberdade de expressão “sequer poderia ser obrigado (como é) a transmitir aos alunos o

conteúdo da sua disciplina, pois quem exerce liberdade de expressão fala sobre qualquer assunto do jeito que bem entende”.

Para quem estuda o Direito Constitucional, no entanto, a interpretação está equivocada, pois o artigo 206 não substitui o artigo 5º, mas se soma a ele. Ou seja, por ter liberdade de ensino garantida, o professor não perde o direito à liberdade de expressão, que não pode ser suprimido de nenhum brasileiro.

Criminalização do pensamento

“Isso é tentar controlar os professores por intermédio da criminalização do pensamento”, afirma o jurista **Lenio Streck**, que coordenou o livro *Comentários à Constituição do Brasil*. Na mesma obra, o constitucionalista Daniel Sarmiento explica que a censura, em sua concepção mais tradicional, envolve o controle preventivo das mensagens cuja comunicação se pretende fazer. “Trata-se do mais grave atentado à liberdade de expressão que se pode conceber”, afirma Sarmiento.



Escola pluralista prevê professores de diferentes ideologias, diz Streck.

Reprodução

Streck se diz completamente contrário ao projeto: “Quem quer fazer escola desse modo deve ir para o canto da sala e ficar de castigo e depois ir para a lousa e escrever cem vezes: a escola deve ser pluralista. E nisso está incluído o 'risco' de ter um professor de esquerda... Ou de direita”.

O professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **Pedro Estevam Serrano** aponta que, ao usar termos vagos como “preferência política”, o projeto pode levar à

interdição do próprio conhecimento. “Não se pode falar de racionalidade sem ampla liberdade de formulação dos pressupostos do pensamento. Em essência, a proposta obriga a adoção de uma linhagem de pensamento político-religioso”, afirma Serrano.



Falar de marxismo em sala de aula pode ser tido como preferência, diz Serrano.

Reprodução

Ele exemplifica: “Falar de marxismo em sala de aula, por exemplo, pode ser tido como preferência política, mas como falar do mundo contemporâneo e suas formações políticas e culturais sem falar de marxismo?”.

Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ex-presidente do Conselho Federal da entidade, **Marcus Vinícius Furtado Coêlho** aponta que tão problemático quanto um professor impor sua opinião a alunos é ele ser obrigado a não ter uma opinião. “Assim, além de inconstitucional, é desumano exigir que o professor seja um autômato dentro da sala de aula.”



Não se pode obrigar o professor a ser um autômato, diz Furtado Coêlho.

Reprodução

Furtado Coêlho diz que a solução precisa ser o equilíbrio: “Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Assegurar a liberdade de opinião do professor desde que tal seja exercida sem impor ao aluno determinada ideologia. Cautela, ponderação e razoabilidade não fazem mal a ninguém”.

Enxurrada de projetos

Atualmente, o site escolasempartido.org contabiliza que projetos de lei com base no anteprojeto disponível no site já foram apresentados em seis estados (Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal. Além disso, aponta que já há propostas semelhantes tramitando em oito câmaras municipais.

Na Câmara de Santa Cruz do Monte Castelo (PR), a proposta já foi aprovada. Em Alagoas, desde o dia 9 de maio, os professores das escolas estaduais são obrigados a manter a "neutralidade" em sala de aula, em questões políticas, ideológicas e religiosas.

O movimento ganhou destaque depois que o ministro da Educação, Mendonça Filho, em um de seus primeiros atos após tomar posse, recebeu o ator Alexandre Frota e um dos líderes do movimento pelo *impeachment* da presidente afastada Dilma Rousseff para discutir o projeto “escola sem partido”.

Na Câmara dos Deputados, caminham o [PL 867/2015](#) e o [PL 7.180/2014](#), que seguem a linha do “escola sem partido”, e o [PL 1.411/2015](#), que tipifica o crime de “assédio ideológico”. Este prevê detenção de 3 meses a 1 ano para quem expuser aluno a assédio ideológico, “condicionando o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou constranger o aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente”.

Para justificar os projetos de lei, seus autores afirmam que professores e autores de livros didáticos usam aulas e obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas.

9. O IMPÉRIO CONTRA ATACA...



ON.FT.COM

Paulo Timm

Setores conservadores respiram, aliviados, com a nova realidade política na América Latina, depois de várias defecções alinhadas com o que se convencionou de "Bolivarismo", uma tendência de esquerda não revolucionária, originária na Venezuela, sob a batuta do Comandante Chavez, confiante no uso do Estado como mecanismo de transformações sociais. Insisto no "não revolucionária" porque, apesar da retórica inflamada, ela difere muito, tanto do tradicional "nacional-desenvolvimentismo" latino-americano, que teve no Brasil seu maior trunfo com o varguismo, como com as correntes insurretas da luta armada que varreram o continente nos anos 60-70. O bolivarismo é mais um justicialismo radical, de corte reformista, apoiado no Estado como promotor da cidadania.

A "verdade", entretanto, nem está aí, no quadro acima, com os protagonistas de uma nova era, nem se foi. Mudou de lugar, como diriam os Poetas. As verdades históricas só se instauram mesmo, à luz do tempo, apesar de Hegel insistir no contrário. No curto prazo, sucedem-se, em consequência de "ações políticas", sublinharia Brutus aos pés estendidos de Cesar, vitimado pela eterna luta no Senado Romano, entre OPTIMATES x POPULORUM. (Leia-se: Elites x Plebe). Essa "ações políticas" podem ser um assassinato,

um suicídio, um golpe, ou até uma vitória eleitoral. Fáceis de compreender, difíceis de julgar “cientificamente”. Além do caráter de classe, sempre produzem efeitos, acompanhados das dores de seu parto. As vezes deixam vítimas inconsoláveis, rastros de sangue e lamentos profundos. Quando, apesar das resistências, elas se impõem, de nada adianta torcer o nariz. Cedo ou tarde somos obrigados a administrá-las, o que não significa aceitá-las, nem muito menos a elas aderir. Não existe trégua, enfim, no mundo político, nem espaços vazios. Há sempre disputa, nem sempre por métodos construtivos.

Lembro-me muito do golpe de 64. Todos pensavam tratar-se de uma nuvem passageira. “Afim, dizia-se, os militares não têm respaldo para governar e, de resto, não conseguirão retomar o crescimento da economia. Daqui a um ano, no máximo, convocarão eleições...”. Tomados por tais ideias logo acendeu-se a chama da resistência subindo a Serra de Caparaó, em Minas, ou atravessando a galope a fronteira do Brasil com o Uruguai. Poucos tiros e tudo arrefeceu. Em 1968 nova onda de rebeldia revolucionária, desta vez animada por jovens estudantes, inconformados com os militares no Poder. Um último suspiro do velho Brizola conclamou, em 1970, ao VOTO NULO. Outra catástrofe. A “ação política militar” já se havia consagrado e o General Médici, em meio aos Anos de Chumbo seria ovacionado no Maracanã. Aí caímos, todos, na real.

A verdade é que os quadros ideológicos da direita e da esquerda ainda insistem em que há uma só maneira de Governar: A que se rege por seus cânones. E não se cansam de tentar doutrinar a sociedade sobre eles. “-Temos que conscientizá-los”, afirmam. No Governo, então, basta-lhes a “cor”, para se sentirem abençoados, forçando, por todos os meios, sobretudo a pesada mídia, o conjunto da sociedade a que concorde que estão no caminho certo. Errado é sempre “o outro”. Autocrítica, neste processo, nem de longe, talvez em confessionários lacrados. Objetividade? Impossível. Mal sabem que todos os conselhos contemporâneos apontam para as diretrizes que combinem Mercado, Estado e Sociedade, com boa dose de democracia. Em nenhuma das combinações se eximem, também, os governantes de uma atitude ética e transparente diante da sociedade, além de um mínimo de capacidade governativa. Um galo sozinho nem faz uma madrugada, nem garante, por si só o amanhecer.

Ora, é tempo de se proclamar que isso tudo é pura crença fundamentalista, disseminada, tanto à esquerda, como à direita. O Iluminismo teve sua parcela de culpa nisso, ao disseminar a esperança de haver nas sociedades humanas fenômenos e regras similares ao mundo natural: Simples de catalogar, observar em suas determinações e prever resultados. Marx, então, sobretudo seguidores, foi pródigo nisso: “O mundo marcha inexoravelmente para o socialismo”...Vã ilusão. Ninguém sabe para onde irá o capitalismo, embora se intua que ele seguirá o curso da Lei, que desemboca numa forte presença do Estado na Sociedade. Mas quando? Como? É até importante ler os clássicos da Teoria do Estado, das Classes e do Poder, mas é imprescindível ler Shakespeare. Política é sobretudo arte, ética, ótica. Política é enigma, à espera de decifrações. As Teorias ajudam, mas não resolvem. De repente: O destino...Portanto, prudência, que é o olho das virtudes.

Não estou aqui a proclamar que não exista uma esquerda e uma direita, correspondendo, sempre, aos polos opostos do sistema de dominação. Sempre há. Como bem assinalou N. Bobbio, a esquerda puxará pela igualdade, enquanto a direita postulará a defesa da liberdade. Contudo, isso não se confunde com os protagonistas que se proclamam líderes de um e outro lado. Para Noam Chomsky, por exemplo, grande crítico dos tempos atuais, nada atrapalhou mais o socialismo do que Lenin e Stalin. E eu diria que Pinochet, no Chile foi um coveiro do neoliberalismo. Se em algum lugar do mundo tivermos que fazer o que ele fez no 11 de setembro com Salvador Allende, melhor ficarmos todos onde estamos.

Como diz até FHC em seus Diários I, pg. 55 : "Política não se faz apenas afirmando o que é certo e o que é errado mas articulando as forças capazes de provocar modificações". Faltou, claro, ele enfatizar a importância ética desta articulação. Mas se entende...